



Arquivo/OVALE

Câmara de Taubaté. Notas tinham irregularidade



Farra. Plenário da Câmara, com galerias ao fundo



Farra. Vista da entrada da sede do Legislativo



Farra. Plenário vazio da Câmara de Taubaté

A revelação do escândalo da Farra das Viagens, em julho de 2018, provocou uma queda vertiginosa nas despesas com deslocamentos oficiais na Câmara de Taubaté.

Na legislatura de 2013 a 2016, por exemplo, os vereadores receberam um total de R\$ 111,5 mil para ressarcimento de gastos em viagens, o que representou uma média de R\$ 27,8 mil por exercício. No mesmo período, as diárias pagas aos servidores somaram R\$ 1 milhão, o que equivale a uma média de R\$ 250 mil por ano. Ou seja, o gasto médio por ano, considerando as despesas de parlamentares e funcionários, era de R\$ 277,8 mil.

No ano de 2017, as despesas do Legislativo somaram R\$ 204 mil, sendo R\$ 19,29 mil para ressarcir notas fiscais apresentadas por vereadores e R\$ 184,73 mil para diárias de servidores. Nesse exercício, os gastos começaram a cair no mês de setembro, quando **OVALE** ajuizou uma ação para pedir acesso aos relatórios das viagens oficiais – ou seja, o simples receio de que os documentos fossem tornados públicos já fez com que os parlamentares e funcionários reduzissem as despesas.

Em 2018, as despesas da Câmara com viagens oficiais ficaram em R\$ 73,5 mil, sendo R\$ 3,7 mil para gastos de vereadores e R\$ 69,8 mil para diárias de servidores. Nesse ano, as despesas, que já estavam em queda, foram reduzidas ver-

ginosamente após o mês de julho, quando o escândalo foi revelado.

Em 2019, os gastos com viagens somaram R\$ 21,9 mil, sendo R\$ 1,1 mil para parlamentares e R\$ 20,8 mil para funcionários do Legislativo.

Em 2020, as despesas com deslocamentos oficiais foram de apenas R\$ 3,3 mil – esse montante foi unicamente para o pagamento de diárias, já que nenhum vereador solicitou ressarcimento de gastos durante o exercício.

Em 2021, de janeiro a setembro, os gastos com viagens oficiais somaram R\$ 3,5 mil. Novamente, nenhum parlamentar apresentou nota fiscal para pedir restituição por despesas – o montante citado é referente apenas a diárias de servidores.

ATRITO INTERNO.

A revelação do escândalo, em julho de 2018, provocou atritos internos e um rearranjo de forças na Câmara. No fim daquele ano, o vereador Boanerge dos

Santos (PTB), um dos poucos que não estavam envolvidos no caso, foi eleito presidente da Casa para o biênio 2019-2020 com a proposta de reduzir as despesas com viagens, como uma forma de dar uma resposta à sociedade.

No início de 2019, Boanerge anunciou um pacote de medidas, que incluíram a transferência de 13 dos 21 motoristas e 12 dos 20 veículos à Prefeitura. Assim, o Legislativo ficou com oito profissionais e oito carros. Além disso, a cota mensal de combustível por gabinete foi reduzida pela metade, de 600 litros para 300 litros.

Essa situação permaneceu até o fim de 2020. Em janeiro de 2021, com o início de uma nova legislatura, Boanerge foi pressionado pelos vereadores ‘farristas’ a reverter as medidas, mas não aceitou. Com isso, perdeu a eleição para a presidência para Paulo Miranda (MDB), por 10 votos a 9.

Dos 10 votos obtidos por Miranda, oito vieram de vereadores envolvidos na Farra das Viagens – incluindo o novo presidente, que apresentou notas com irregularidades na legislatura de 2013 a 2016.

Em menos de um ano no cargo, Miranda já anulou todo o pacote de medidas de Boanerge: a cota mensal de combustível por gabinete voltou a ser de 600 litros, os motoristas que estavam cedidos à Prefeitura voltaram à Câmara e o Legislativo firmou contrato para aluguel de 17 veículos. ■

S DA RA

ra das Viagens abordou
de gastos no Legislativo

277

MIL REAIS

foi o gasto médio anual da Câmara com despesas de viagens oficiais na legislatura de 2013 a 2016

3,3

MIL REAIS

o Legislativo gastou em 2020 com as viagens oficiais. Despesas caíram após ‘farra’ ser revelada